

MERCOSUR/PM/SO/REC.

**RECOMENDAÇÃO SOBRE O FORTALECIMENTO DOS COMITÊS DE
BACIAS HIDROGRÁFICAS E A GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS
HÍDRICOS NO ÂMBITO DO MERCOSUL**

VISTO:

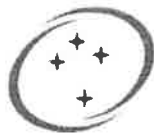
O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL, que consagram, entre outros princípios, a promoção do desenvolvimento sustentável com justiça social, a solidariedade, a cooperação regional, a participação cidadã e a integração latino-americana;

O Acordo sobre o Aquífero Guaraní;

O Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015–2030, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (especialmente os ODS 6, 11 e 13) e o Acordo de Paris sobre o Clima;

As legislações nacionais dos Estados Parte sobre gestão integrada dos recursos hídricos e os respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas e equivalentes regionais;

As diretrizes da RMAGIR, da RMMA e da RMI, que reconhecem os recursos hídricos como estratégicos para a resiliência climática, a segurança ambiental e o desenvolvimento sustentável no MERCOSUL.



CONSIDERANDO:

Que os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) são instâncias colegiadas essenciais para a gestão descentralizada, participativa e integrada dos recursos hídricos, reconhecidas por legislações nacionais dos Estados Parte do MERCOSUL, atuando como instrumentos de planejamento territorial, prevenção de desastres e promoção da segurança hídrica;

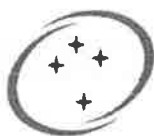
Que o Brasil conta com 224 Comitês de Bacias Hidrográficas legalmente instituídos, sendo 212 em bacias estaduais e 12 em bacias interestaduais, conforme dados da ANA (2023), embora muitos enfrentem limitações operacionais, como baixo financiamento, ausência de planos de bacia atualizados e frágil participação social;

Que, na Argentina, os comitês de bacias hidrográficas interjurisdicionais, como o COIRCO e a AIC, desempenham função estratégica na gestão compartilhada dos recursos hídricos entre províncias, sendo reconhecidos como instrumentos essenciais de articulação territorial e de governança hídrica;

Que o Uruguai, em conformidade com sua reforma constitucional de 2004 e a Lei Nacional de Política de Águas (Lei 18.610/2009), estruturou três Regiões Hidrográficas (Rio Uruguai, Laguna Merín e Rio da Prata), que contam com Conselhos Regionais e Comissões de Cuenca como mecanismos participativos de gestão descentralizada dos recursos hídricos;

Que o Paraguai, conforme a Lei 3239/07, reconhece 34 bacias hidrográficas delimitadas e estabelece os Conselhos de Água como órgãos deliberativos regionais, com representação tripartite (governo, usuários e sociedade civil), voltados à implementação de políticas públicas sobre uso e preservação da água;

Que as mudanças climáticas vêm agravando eventos hidrológicos



extremos, como inundações, estiagens e escassez hídrica, afetando severamente comunidades urbanas e rurais; no Brasil, entre 1993 e 2022, foram registrados mais de 23 mil eventos hidrológicos extremos, com aumento de 300% nas ocorrências de alagamentos e enxurradas no período;

Que o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015–2030 define como prioridade a governança eficaz, colaborativa e integrada de riscos, com ênfase na gestão sustentável da água, no fortalecimento institucional local e no planejamento transfronteiriço;

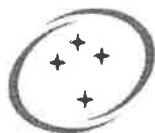
Que, portanto, o fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas e a consolidação de estruturas transfronteiriças no MERCOSUL representam caminhos estratégicos para garantir a gestão integrada, democrática e sustentável da água, em alinhamento com os princípios da Agenda 2030, do Marco de Sendai e dos compromissos ambientais regionais.

O PARLAMENTO DO MERCOSUL

RECOMENDA AO CMC:

Art. 1º. Que os Estados Partes promovam, de forma coordenada e progressiva, o fortalecimento institucional, técnico e financeiro dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) como instrumentos essenciais de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos hídricos, assegurando sua consolidação legal e funcional em todos os níveis territoriais.

Art. 2º. Que seja impulsionada a criação, o reconhecimento e o apoio a comitês de bacias hidrográficas transfronteiriças em regiões compartilhadas por dois ou mais Estados Partes, com o objetivo de avançar para uma governança cooperativa da água, a gestão conjunta de eventos hidrológicos extremos e a promoção da segurança hídrica regional.



Art. 3º. Que os CBH contem com estruturas de representação multissetorial e paritária, garantindo a participação efetiva de órgãos públicos, usuários da água, comunidades locais, povos indígenas, setor produtivo, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil.

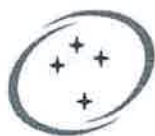
Art. 4º. Que os CBH sejam integrados de forma articulada aos sistemas nacionais e regionais de gestão de riscos de desastres e defesa civil, contribuindo para a prevenção, mitigação, monitoramento e resposta diante de eventos hidrológicos extremos, em consonância com os planos de adaptação às mudanças climáticas.

Art. 5º. Que os Estados Partes desenvolvam políticas e programas de capacitação técnica, educação ambiental e formação em governança da água, destinados aos membros dos CBH e aos atores locais, com enfoque baseado na justiça hídrica, na gestão adaptativa e na proteção dos bens comuns naturais.

Art. 6º. Que os planos de bacia hidrográfica adotem indicadores sociais, ambientais, econômicos e climáticos, voltados ao planejamento territorial sustentável, à segurança hídrica das populações e à mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

Art. 7º. Que seja fomentado o intercâmbio de experiências, dados hidrológicos, metodologias e tecnologias entre os CBH dos Estados Partes, com o apoio de organismos regionais e internacionais, a fim de consolidar estratégias integradas, solidárias e baseadas na cooperação para a gestão das águas transfronteiriças.

Art. 8º. Que o Conselho do Mercado Comum encaminhe a presente Recomendação, para estudo e deliberação técnica, aos Subgrupos de Trabalho nº 2 (Assuntos Institucionais) e nº 6 (Meio Ambiente), a fim de que elaborem as propostas correspondentes para sua implementação coordenada.



PARLAMENTO
DEL MERCOSUR
PARLAMENTO
DO MERCOSUL

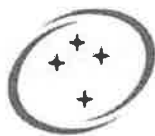
COMISSÃO ESPECIAL DE EMERGÊNCIA
AMBIENTAL E SANITÁRIA

Art. 9º. Que o Conselho do Mercado Comum informe ao Parlamento do MERCOSUL sobre os avanços na implementação da presente Recomendação, no marco dos informes anuais.

Heitor Schuch
Presidente da Comissão Especial de Emergência
Ambiental e Sanitária

Bohn Gass
Parlamentar (Brasil)

Cecilia Nicolini
(Argentina)



MERCOSUR/PM/SO/REC.

RECOMENDACIÓN SOBRE EL FORTALECIMIENTO DE LOS COMITÉS DE CUENCAS HIDROGRÁFICAS Y LA GESTIÓN INTEGRADA DE LOS RECURSOS HÍDRICOS EN EL ÁMBITO DEL MERCOSUR

VISTO:

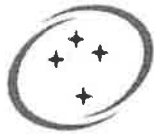
El Tratado de Asunción, el Protocolo de Ouro Preto y el Protocolo Constitutivo del Parlamento del MERCOSUR, que consagran, entre otros principios, la promoción del desarrollo sostenible con justicia social, la solidaridad, la cooperación regional, la participación ciudadana y la integración latinoamericana;

El Acuerdo sobre el Acuífero Guaraní;

El Marco de Sendai para la Reducción del Riesgo de Desastres 2015–2030, la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible (especialmente los ODS 6, 11 y 13) y el Acuerdo de París sobre el Clima;

Las legislaciones nacionales de los Estados Parte sobre gestión integrada de los recursos hídricos y los respectivos Comités de Cuencas Hidrográficas y equivalentes regionales;

Las directrices de la RMAGIR, la RMMA y la RMI, que reconocen los recursos hídricos como estratégicos para la resiliencia climática, la seguridad ambiental y el desarrollo sostenible en el MERCOSUR.



CONSIDERANDO:

Que los Comités de Cuencas Hidrográficas (CCH) son instancias colegiadas esenciales para la gestión descentralizada, participativa e integrada de los recursos hídricos, reconocidas por legislaciones nacionales de los Estados Parte del MERCOSUR, actuando como instrumentos de planificación territorial, prevención de desastres y promoción de la seguridad hídrica;

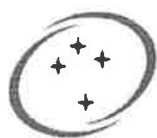
Que Brasil cuenta con 224 Comités de Cuencas Hidrográficas legalmente instituidos, siendo 212 en cuencas estatales y 12 en cuencas interestatales, según datos de la ANA (2023), aunque muchos enfrentan limitaciones operativas, como escasa financiación, ausencia de planes de cuenca actualizados y débil participación social;

Que, en Argentina, los comités de cuencas hidrográficas interjurisdiccionales, como el COIRCO y la AIC, desempeñan un papel estratégico en la gestión compartida de los recursos hídricos entre provincias, siendo reconocidos como instrumentos esenciales de articulación territorial y gobernanza hídrica;

Que Uruguay, en conformidad con su reforma constitucional de 2004 y la Ley Nacional de Política de Aguas (Ley 18.610/2009), estructuró tres Regiones Hidrográficas (Río Uruguay, Laguna Merín y Río de la Plata), que cuentan con Consejos Regionales y Comisiones de Cuenca como mecanismos participativos de gestión descentralizada de los recursos hídricos;

Que Paraguay, conforme a la Ley 3239/07, reconoce 34 cuencas hidrográficas delimitadas y establece los Consejos de Agua como órganos deliberativos regionales, con representación tripartita (gobierno, usuarios y sociedad civil), orientados a la implementación de políticas públicas sobre uso y preservación del agua;

Que el cambio climático viene agravando eventos hidrológicos extremos,



como inundaciones, sequías y escasez hídrica, afectando severamente a comunidades urbanas y rurales; en Brasil, entre 1993 y 2022, se registraron más de 23 mil eventos hidrológicos extremos, con un aumento del 300% en las ocurrencias de inundaciones y avenidas en el período;

Que el Marco de Sendai para la Reducción del Riesgo de Desastres 2015–2030 define como prioridad la gobernanza eficaz, colaborativa e integrada de riesgos, con énfasis en la gestión sostenible del agua, el fortalecimiento institucional local y la planificación transfronteriza;

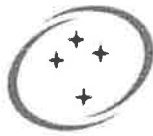
Que, por tanto, el fortalecimiento de los Comités de Cuencas Hidrográficas y la consolidación de estructuras transfronterizas en el MERCOSUR representan caminos estratégicos para garantizar la gestión integrada, democrática y sostenible del agua, en alineación con los principios de la Agenda 2030, el Marco de Sendai y los compromisos ambientales regionales.

EL PARLAMENTO DEL MERCOSUR

RECOMIENDA AL CMC:

Art. 1º. Que los Estados Parte promuevan, de forma coordinada y progresiva, el fortalecimiento institucional, técnico y financiero de los Comités de Cuencas Hidrográficas (CCH) como instrumentos esenciales de gestión integrada, participativa y sostenible de los recursos hídricos, asegurando su consolidación legal y funcional en todos los niveles territoriales.

Art. 2º. Que se impulse la creación, el reconocimiento y el apoyo a comités de cuencas hidrográficas transfronterizas en regiones compartidas por dos o más Estados Parte, con el objetivo de avanzar hacia una gobernanza cooperativa del agua, la gestión conjunta de eventos hidrológicos extremos y la promoción de la seguridad hídrica regional.



Art. 3°. Que los Comités de Cuencas Hidrográficas cuenten con estructuras de representación multisectorial y paritaria, garantizando la participación efectiva de organismos públicos, usuarios del agua, comunidades locales, pueblos indígenas, sector productivo, instituciones académicas y organizaciones de la sociedad civil.

Art. 4°. Que los CCH se integren de manera articulada a los sistemas nacionales y regionales de gestión de riesgos de desastres y defensa civil, contribuyendo a la prevención, mitigación, monitoreo y respuesta frente a eventos hidrológicos extremos, en consonancia con los planes de adaptación al cambio climático.

Art. 5°. Que los Estados Parte desarrollen políticas y programas de capacitación técnica, educación ambiental y formación en gobernanza del agua, destinados a los miembros de los CCH y a los actores locales, con un enfoque basado en la justicia hídrica, la gestión adaptativa y la protección de los bienes comunes naturales.

Art. 6°. Que los planes de cuenca hidrográfica adopten indicadores sociales, ambientales, económicos y climáticos, orientados a la planificación territorial sostenible, la seguridad hídrica de las poblaciones y la mitigación de los impactos del cambio climático.

Art. 7°. Que se fomente el intercambio de experiencias, datos hidrológicos, metodologías y tecnologías entre los CCH de los Estados Parte, con el apoyo de organismos regionales e internacionales, a fin de consolidar estrategias integradas, solidarias y basadas en la cooperación para la gestión de las aguas transfronterizas.

Art. 8°. Que el Consejo del Mercado Común remita la presente Recomendación, para su estudio y deliberación técnica, a los Subgrupos de Trabajo N° 2 (Aspectos Institucionales) y N° 6 (Medio Ambiente), a fin de que elaboren las propuestas correspondientes para su implementación coordinada.



PARLAMENTO
DEL MERCOSUR
PARLAMENTO
DO MERCOSUL

COMISSÃO ESPECIAL DE EMERGÊNCIA
AMBIENTAL E SANITÁRIA

Art. 9°. Que el Consejo del Mercado Común informe al Parlamento del MERCOSUR sobre los avances en la implementación de la presente Recomendación, en el marco de los informes anuales.

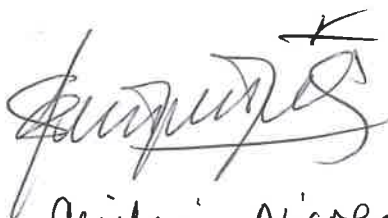


Heitor Schuch

Presidente de la Comisión Especial de Emergencia
Ambiental y Sanitaria



Bohn Gass
Parlamentario (Brasil)



Cecilia Nicoremi
(Argentina)

